

FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	154421-FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	ILBETANIA MARIA BATISTA	06/04/2026 13:43 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23402.009299/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para futura [aquisição de rações e ingredientes](#), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A tabela contendo os itens encontra-se abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	Quant. Mínima	Quant. Máxima	PREÇO MÉDIO UNITARIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	Açúcar- Açúcar tipo cristal, coloração branca. Apresentação 1Kg.	saco	1	50	R\$ 4,92	R\$ 246,00
2	Algodão Caroço com linter-- Algodão, tipo grão, aplicação alimento para animais, livre de substâncias estranhas, com no mínimo 18% de fibra e 20% de proteína na matéria seca e umidade abaixo de 10%. Sacos de 30 kg.	saco	1	140	R\$ 94,00	R\$ 13.160,00
3	Calcário Calcítico- Ingrediente para alimentação animal. Coloração branca, com textura ultra fina, com as seguintes especificações químicas: CaO Total: mínimo 67,0%; MgO Total: máximo 3,0%; Ca (OH)2: mínimo 87%; Constituintes Insolúveis em HCl: máximo 2,0%; Umidade: máximo 2%; Capacidade de retenção em 200 mesh: máximo 5%. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de	saco	1	20	R\$ 53,07	R\$ 1.061,40

	validade. Acondicionada em sacos plásticos, fechados de 50 kg					
4	Caulim veículo ou "qsp" Mineral argiloso composto de silicatos hidratados de alumínio, material inerte. não tóxico nem perecível. Apresentação saco de 25 kg.	saco	1	5	R\$ 331,92	R\$ 1.659,60
5	Cloreto de Sódio (Sal) -(Sal) (mín 38% de Na) . Sacos de 25 kg	saco	1	5	R\$ 28,17	R\$ 140,85
6	Farelo de soja- Farelo Ingrediente básico soja, aplicação alimento animal: moído e ensacado, composição mínima 44% de proteína bruta (PB), unidade máxima 12,5%. Sacos de 50 kg	saco	1	570	R\$ 150,98	R\$ 86.058,60
7	Farelo de soja- Farelo Ingrediente básico soja, aplicação alimento animal: moído e ensacado, composição mínima 44% de proteína bruta (PB), unidade máxima 12,5%. Sacos de 50 kg. Item idem ao item 6 - Cota reservada para ME/EPP em 25%	saco	1	190	R\$ 150,98	R\$ 28.686,20
8	Farelo de Trigo- Ingrediente para ração, com umidade de 14% (máximo), Proteína bruta 14% (mínimo), extrato etéreo 3,0% (mínimo), matéria fibrosa 12,0% (máximo), matéria mineral 7% (máximo). Sacos de 50 kg	saco	1	10	R\$ 102,45	R\$ 1.024,50
9	Feno de capim Tifton- Feno de capim Tipo Tifton 85, com no mínimo 12%PB, 87 a 90% de Matéria Seca, Coloração Verde, Aplicação alimentação animal. Fardo contendo no mínimo 12 Kg.	fardo	1	800	R\$ 49,74	R\$ 39.792,00
10	Fosfato bicálcico-Ingrediente para a formulação de rações balanceadas e suplementos minerais. Nível de garantia Fósforo (P) mínimo 18,00 % Cálcio máximo 24,00 %,Flúor máximo 0,18 % Umidade máxima 5,00 %, Coloração: Branco à cinza claro. Produzido a partir de fontes de fósforo e cálcio de alto valor biológico. Relação	saco	1	5	R\$ 396,92	R\$ 1.984,60

	cálcio : fosforo (1,1:1,0).O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 50kg					
11	L-Lisina HCl 99% -Aditivo Nutricional para Alimentação Animal . Aminoácido sintético utilizado na alimentação animal, fonte de lisina . O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25 kg.	saco	1	2	R\$ 534,19	R\$ 1.068,38
12	Maravalha de pinus irradiada (Pinus elliottii) especial, para animais de laboratório, obtida de madeira, inodora, na cor marfim, em lasca de madeira com espessura de no máximo de 1mm, que não tenha sofrido prévio tratamento químico, para forragem de caixa para animais de laboratório, sem contaminação, não sendo oriunda de carpintaria, em forno rotativo vazado com temperatura a 100°C de calorias permanecendo em média de 2 a 3 horas, em acondicionamento de saco tipo cereal nylon e suas condições deverão estar de acordo com port. Maara 301.19/04/96 e Res. Saa 10. 19/04/02. Capacidade de absorção de água (C.A. (%) especificado > 300). Fungos manchadores ou apodrecedores: ausência total em nível macroscópico. Ausência total de lascas, farpas, britas e demais impurezas oriundas de outros materiais e espécies vegetais. Apresentação: sacos tipo rafia autoclavável, contendo aproximadamente 5,0 Kg. Deverá encaminhar laudo técnico do IPT atestando a qualidade e adequação do insumo. Especificação do Pinus (planta): Nome Científico: Pinus elliottii Reino: PlantaePhylum: Coniferophyta Classe: Pinopsida Ordem: Pinales Família: Pinaceae Pinus elliottii L. Sinônimos: Autor: Pinus taedavar.heterophylla Elliott Pinus heterophylla (Elliott) Sudworth Nome comum: Idioma: pinus Português pinheiro-americano Português slash pine Inglês.	saco	1	650	R\$ 61,62	R\$ 40.053,00
13	Milho em grão- Milho, tipo grão, aplicação para animais, características adicionais: umidade máxima de 13% e sem presença de insetos, Proteína Bruta (PB) = 7,5% (mínimo). Sacos de 60 kg.	saco	1	789	R\$ 118,00	R\$ 93.102,00
14	Milho em grão- Milho, tipo grão, aplicação para animais, características adicionais: umidade máxima de 13% e sem presença de insetos, Proteína Bruta (PB) = 7,5% (mínimo). Sacos de 60 kg. Item idem ao item 13- Cota reservada para ME/EPP em 25%	saco	1	261	R\$ 118,00	R\$ 30.798,00
	Mistura Mineral Caprinos -Níveis mínimos de					

15	garantia: cálcio de 150 g.kg, fósforo de 70,00 g.kg, enxofre de 18,00 g.kg, magnésio de 8,00 g.kg, sódio de 110,00 g.kg, cobalto com 143,00 mg.kg, cobre com 1.565,00 mg.kg, ferro com 1.500,00 mg.kg, iodo com 130,00 mg.kg, manganês com 2.865,00 mg.kg, selênio com 30,00 mg.kg, zinco com 5.215,00 mg.kg, vitamina A em 60.000,00 UI.kg, vitamina D em 20.000,00 UI.kg e vitamina E em 400,00 UI.kg. Saco de 25Kg	saco	1	25	R\$ 371,91	R\$ 9.297,75
16	Mistura Mineral Equinos- Mistura mineral para equinos indicado para corrigir as deficiências minerais de equinos em todas as fases da criação, independente de sua função produtiva. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. - Saco de 30kg.	saco	1	12	R\$ 202,58	R\$ 2.430,96
17	Mistura Mineral Ovinos - Níveis mínimos de garantia: cálcio 110 g/kg, fósforo 87 g/kg, enxofre 18 g/kg e sódio 147 g/kg. Além de conter os microminerais: cobalto 15 mg/kg, cobre 590 mg/kg, cromo 20 mg/kg, iodo 50 mg/kg, manganês 2.000 mg/kg, molibdênio 300 mg/kg, selênio 20 mg/kg e zinco 3.800 mg/kg. O teor de flúor máximo não pode exceder de 870 mg/kg. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Saco de 25Kg.	saco	1	10	R\$ 162,63	R\$ 1.626,30
18	NÚCLEO AVES DE POSTURA- Suplemento mineral vitaminico para aves em fase de postura. Composição mínima: umidade(max) : 130,00 g /kg; Proteína Bruta (mín): 200 g/kg; Extrato etéreo (mín): 70,00 g/kg; Fibra bruta (máx) : 10,00 g/kg; Matéria Mineral (Máx) : 700,00 g/kg; Cálcio (mín) 130,00 g/kg; Cálcio (máx) : 180,00 g /kg; Fósforo (mín) : 37,00 g/kg; Sódio (mín) 33,00 g/kg; Ferro (mín) : 500,00 mg/kg; Cobre (mín) :100,00 mg/kg; Zinco (mín) 833,33,00 mg /kg; Manganês (mín): 1.166,66 mg/kg; Iodo (mín) : 16,66 mg/kg; Selênio (mín): 5,83 mg/kg; Cobalto (mín): 3,33 mg/kg; Vitamina A (mín) : 160.000,00 UI/kg; Vitamina D (mín) : 40.000,00 UI/kg; Vitamina E (mín) : 300,00 UI/kg; Vitamina k (mín) 39,80 mg/kg; Ácido Fólico (mín) : 15,0 mg/kg; Biotina (mín) 1,50 mg/kg; Niacina (mín) 199,90 mg/kg; Ácido Pantotênico (mín) : 200,00 mg/kg; Vitamina B1 (mín): 19,80 mg/kg; Vitamina B2 (mín) 80,00 mg/kg; Vitamina B6 (mín) :59,78; mg/kg; Vitamina B12 (mín) : 160,00 mcg/kg; Colina (mín) 5.370,00 mg /kg; Lisina (mín): 20,00 g/kg; metionina (mín) 15,00 g/kg; O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25kg ou 30 kg	saco	1	10	R\$ 183,97	R\$ 1.839,70
19	Núcleo Bovinos de Leite Transição -Suplemento mineral aniônico para vacas leiteiras com indicação específica para fase pré-parto, inclusão de 4 a 6 % na formulação de ração com as seguintes especificações por kg: Cálcio 66g (mín.), Cloro 80g (mín.), vit. A 125.000 UI (mín.), vit. E 920 UI (mín.). Data de fabricação	saco	1	5	R\$ 285,39	R\$ 1.426,95

	30 dias (máxima) da entrega. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Saco 25Kg					
20	Núcleo Bovinos Lactação- Suplemento mineral vitamínico para bovinos leiteiros, pronto para uso. Composição minina: Cálcio mínimo de 231,40 g, Fósforo mínimo de 40,00 g, Enxofre mínimo de 20,00 g, Magnésio mínimo de 25,00 g, Sódio mínimo de 70,00 g e Cobalto 15 mg, além das vitaminas A (350.000 UI), D (100.000 UI) e E (2.000 UI). Produto indicado para vacas em lactação.Data de fabricação deve ser de no máximo 30 dias antes da entrega. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Saco de 25Kg.	saco	1	60	R\$ 213,60	R\$ 12.816,00
21	NÚCLEO FRANGO TERMINAÇÃO- Suplemento mineral vitaminico para aves de corte em fase de terminação- Níveis mínimos de garantia: Nutriente Valor Unidade; umidade (max) : 130,00 g/kg; Proteína Bruta (mín): 200 g /kg ;Extrato etéreo (mín): 40,00 g/kg; Fibra bruta (máx) : 10,00 g/kg; Matéria Mineral (Máx) : 720,00 g/kg; Cálcio (mín) 160,00 g/kg; Cálcio (máx) : 180,00 g/kg; Fósforo (mín) : 35,00 g/kg; Sódio (mín) 38,00 g/kg; Ferro (mín) : 600,00 mg /kg; Cobre (mín) :120,00 mg/kg;Zinco (mín) 1.000,00 mg/kg;Manganês (mín): 1.400,00 mg /kg;Iodo (mín) : 20,00 mg/kg;Selênio (min): 7,00 mg/kg; Cobalto (mpin): 4,00 mg/kg;Vitamina A (mín) : 250.000,00 UI/kg; Vitamina D (mín) : 62.500,00 UI/kg;Vitamina E (min) : 435,00 UI /kg; Vitamina k (mín) 50,00 mg/kg; Ácido Fólicio (mín) :12,50 mg/kg; Biotina (min) 1,50 mg/kg;Niacina (mín) 625,00 mg/kg; Ácido Pantotênico (mín) : 375,00 mg/kg;Vitamina B1 (mín): 37,00 mg/kg; Vitamina B2 (mín) 185,00 mg/kg; Vitamina B6 (mín) :50,00 mg/kg; Vitamina B12 (mín) : 370,00 mcg/kg; Colina (mín) 6.000,00 mg/kg; Lisina (mín): 21,00 g/kg; metionina (mín) 8.700,00 mg/kg. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25 kg.	saco	1	10	R\$ 187,14	R\$ 1.871,40
22	NÚCLEO FRANGOS INICIAL-Suplemento mineral vitamínico para aves de corte em fase inicial- Níveis mínimos de garantia: Nutriente Valor Unidade; umidade(max) : 130,00 g/kg; Proteína Bruta (mín): 280; g/kg; Extrato etéreo (mín): 50,00 g/kg; Fibra bruta (máx) : 10,00 g/kg; Matéria Mineral (Máx) : 700,00 g/kg; Cálcio (mín) 160,00 g/kg; Cálcio (máx) : 180,00 g/kg; Fósforo (mín) : 45,00 g/kg; Sódio (mín) 40,00 g /kg; Ferro (mín) : 600,00 mg/kg; Cobre (mín) : 120,00 mg/kg; Zinco (mín) 1.000,00 mg/kg; Manganês (mín): 1.400,00 mg/kg; Iodo (mín) : 20,00 mg/kg; Selênio (min): 7,00 mg/kg; Cobalto (mpin): 4,00 mg/kg; Vitamina A (mín) : 260.000,00 UI/kg; Vitamina D (mín) : 65.000,00 UI/kg; Vitamina E (min) : 455,00 UI/kg; Vitamina k (mín) 52,00 mg/kg; Ácido Fólicio (mín) : 13,0 mg/kg; Biotina (min) 1,50 mg/kg; Niacina (mín) 650,00 mg/kg; Ácido Pantotênico (mín) : 390,00 mg/kg; Vitamina B1 (mín): 39,00 mg/kg; Vitamina B2 (mín) 195,00 mg/kg; Vitamina B6 (mín) :52,00 mg/kg; Vitamina B12 (mín) : 390,00 mcg/kg; Colina (mín) 10.000,00	saco	1	10	R\$ 231,06	R\$ 2.310,60

	mg/kg; Lisina (mín): 26,00 g/kg; metionina (mín) 10.500,00 mg/kg ; O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25kg					
23	Óleo de soja.- Óleo de soja refinado, para alimentação animal. frasco de 900 ml, com rótulo íntegro e com 30 dias de fabricação (máximo) na data de entrega	frasco	1	120	R\$ 10,80	R\$ 1.296,00
24	Ração Codornas (Fase de Produção)- Especificações: Umidade (máx) 13% ou 130 g /kg, Proteína Bruta (mín) 22% ou 220 g/kg, Extrato etéreo (mín) 2,0% ou 20 g/kg; Fibra Bruta (máx) 6% ou 60g/kg; Cálcio (mín) 3,5% ou 35g/kg, cálcio (máx) 4,3 % ou 43 g/kg; Fósforo (mín) 0,50% ou 5.500 mg/kg; Matéria Mineral (máx) 15% ou 150g/kg; Lisina (mín) 1,0 % ou 10.000mg/kg, metionina (mín) 0,46%ou 4.600 mg /kg. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 40kg	saco	1	15	R\$ 136,15	R\$ 2.042,25
25	Ração coelhos- - Ração peletizada para coelhos, de uso geral, formulada para atender às necessidades nutricionais de crescimento, manutenção e reprodução. O produto deve apresentar, no mínimo, 12% a 15% de proteína bruta e teor de fibra bruta entre 14% a 17%. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 20kg.	saco	1	70	R\$ 74,03	R\$ 5.182,10
26	Ração Final para Frangos de Corte- Especificações: Umidade (máx) 13% ou 130 g /kg, Proteína Bruta (mín) 17% ou 170 g/kg, Extrato etéreo (mín) 3,0% ou 30g/kg; Fibra Bruta (máx) 6% ou 60g/kg; Cálcio (mín) 0,8% ou 80g /kg, cálcio (máx) 1,5% ou 15g/kg; Fósforo (mín) 0,50% ou 5.500 mg/kg; Matéria Mineral (máx) 8,5% ou 80g/kg; Lisina (mín) 0,75% ou 7.500 mg /kg, metionina (mín) 0,4% ou 4.000 mg/kg . Peso líquido. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 40 kg	saco	1	20	R\$ 110,75	R\$ 2.215,00
27	Ração Inicial para Frangos de Corte- Especificações: Umidade (máx) 13% ou 130 g/kg Proteína Bruta (mín) 21% ou 210 g/kg, Extrato etéreo (mín) 3% ou 30g/kg; Fibra Bruta (máx) 6% ou 60g/kg; Cálcio (mín) 0,9% ou 90g/kg, cálcio (máx) 1,5% ou 15g/kg; Fósforo (mín) 0,6% ou 6.000 mg/kg; Matéria Mineral (máx) 8,5% ou 80g/kg; Lisina (mín) 1% ou 10.000 mg /kg, metionina (mín) 0,4% ou 4.000 mg/kg. Peso líquido : O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 40 kg	saco	1	15	R\$ 143,07	R\$ 2.146,05

28	Ração peixe crescimento 32% PB- Ração para peixes onívoros em fase de crescimento, na forma extrusada e flutuante, granulometria de 4 a 6 mm. Proteína Bruta (mínimo de 32%) e Umidade (9% a 10%). O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25 Kg.	saco	1	60	R\$ 101,10	R\$ 6.066,00
29	Ração Poedeiras Crescimento- Ração para aves de postura em fase de crescimento. Especificações: Umidade (máx) 13% ou 130 g /kg, Proteína Bruta (mín) 15% ou 150 g/kg, Extrato etéreo (mín) 2,0% ou 20g/kg; Fibra Bruta (máx) 6% ou 60g/kg; Cálcio (mín) 0,90% ou 9g /kg, cálcio (máx) 1,2% ou 12g/kg; Fósforo (mín) 0,50% ou 5.500 mg/kg; Matéria Mineral (máx) 15% ou 150g/kg; Lisina (mín) 0,75% ou 7.500 mg/kg, metionina (mín) 0,4% ou 4.000 m. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 40 kg.	saco	1	20	R\$ 126,18	R\$ 2.523,60
30	Ração Poedeiras Produção- - Ração para aves de postura em fase de produção. Especificações: Umidade (máx) 13% ou 130 g/kg, Proteína Bruta (mín) 16% ou 160 g/kg, Extrato etéreo (mín) 2,5% ou 25g/kg; Fibra Bruta (máx) 6% ou 60g /kg; Cálcio (mín) 4,5% ou 45g/kg, cálcio (máx) 5,0% ou 50g/kg; Fósforo (mín) 0,50% ou 5.500 mg/kg; Matéria Mineral (máx) 15% ou 150g/kg; Lisina (mín) 0,75% ou 7.500 mg/kg, metionina (mín) 0,4% ou 4.000 m. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 30 ou 40 kg	saco	1	25	R\$ 125,25	R\$ 3.131,25
31	Ração pronta Bezerras-Ração peletizada para bezerras leiteiras. Níveis garantia: máximo 12% de umidade; mínimo 22% de proteína bruta; mínimo 65% de nutrientes digestíveis totais; mínimo 1% de Cálcio, mínimo 0,5% de fósforo; mínimo 2% de extrato etéreo; máximo 10% de matéria mineral; máximo de 10% de fibra em detergente ácido; mínimo de 20 mg/kg de monensina sódica. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Ração ensacada (saco de 40 kg).	saco	1	140	R\$ 149,33	R\$ 20.906,20
32	Ração pronta Equinos- Umidade (max) 130 g/kg, Proteína Bruta (min) 120 g/kg, Extrato etéreo (min) 30 g/kg, matéria fibrosa (max) 130 g/kg, FDA (máx) 200g/kg, cálcio (max) 18 g/kg, calcio (min) 12000 mg/kg, fósforo (min) 6000mg/kg, lisina (min) 5000 mg/kg, metionina (min) 1900 mg/kg, Energia digestível (min) 3275Kcal/Kg Cálcio(mín) 130g/kg,Cálcio(máx)146g/kg,nFósforo(mín)75g/kg ,EnxEnxofre(mín)5.000,00mg/kg ,Sódio(mín)150g/kgCobalto(mín)Ferro(mín) 2.500,00mg/kg, Iodo(mín)90mg/kg,Manganês(mín)2.000,00mg/kg Selênio(mín)11mg/kg, Zinco(mín)3.700,00 mg/kg, Flúor(máx)750mg/kg. O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 40 Kg.	saco	1	80	R\$ 154,18	R\$ 12.334,40

33	Substituto lácteo para ruminantes- Substituto do leite, apresentação em pó, solúvel em água, de alta digestibilidade, para aleitamento artificial de ruminantes lactentes. Composto por ingredientes lácteos solúveis, formulado com proteína (mínimo de 22% a 24%) e gordura (mínimo de 18% a 22%), além de vitaminas a, e, k3, b12, b1, b2, b6, d3, minerais (cálcio, magnésio, manganês, zinco e selênio) e aditivos funcionais (oligoelementos). O produto deve apresentar no mínimo de 80% do seu prazo de validade. Sacos de 25Kg.	saco	1	5	R\$ 539,30	R\$ 2.696,50
TOTAL						R\$ 432.994.14

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.3.1. Esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.3.2. Critérios estritamente técnicos foram considerados para definição das características essenciais e suficientes para identificação clara do material. Assim, não há direcionamentos que possam ensejar desigualdade entre os interessados, nem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias do objeto, que limitem ou frustrem a realização do certame.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Conforme IN Seges/ME 81/2022, Art. 10 não se verifica a necessidade de classificar este TR nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo de contrato ou da emissão de instrumento substitutivo ao contrato- Anexo I deste termo- na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8 Em razão do valor, a presente licitação será exclusiva a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com exceção dos itens 6 e 13 conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Os itens 7 e 14 é para COTA EXCLUSIVA de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso II da referida legislação.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no compras.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. Objetiva-se a compra de rações e ingredientes, visando suprir demandas dos Setores Administrativos e Acadêmicos da Univasf.

2.1.1.2 Aquisição dos itens é de extrema importância, pois visa suprir a necessidade de parte da alimentação dos diversos rebanhos existentes no campus de ciências agrárias-CCA, aos quais está diretamente ligada a formação profissional dos alunos dos cursos de zootecnia, veterinária e engenharia agrônoma além das pós-graduações que funcionam no CCA.

2.2.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026](#), conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: [05440725000114-0-000001/2026](#)
- II. Data de publicação no PNCP: [09/05/2025](#)

- III Id do item no PCA: 09
- IV Classe/Grupo: 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS
- V. Identificador da Futura Contratação: 154421-64/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CON

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a aquisição dos itens necessários por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme o Inciso V do Art 3º do Decreto nº 11.462/2023, a presente licitação será na modalidade PREGÃO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITENS.

3.2.1 O SRP permite ainda a celeridade nas aquisições dentro da estimativa orçamentária, gerando equilíbrio orçamentário e maior economicidade para o órgão, no sentido de evitar estoques desnecessários.

3.2.1.1 Dos Benefícios da adoção o SRP:

3.2.1.2 Agilidade e otimização nas aquisições;

3.2.1.3 Equilíbrio orçamentário;

3.2.1.4 Melhor aproveitamento do espaço físico; e

3.2.1.5 Redução das quantidades estocadas, pois não gera estoques desnecessários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2 [...]Cumprir as normativas contidas na IN 01/2010-MPLOG concernente à sustentabilidade ambiental.

4.3 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2

4.4 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.5. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; 4.6. para os itens controlados com data de validade, apresentar mercadorias recém fabricadas, com vida útil de no mínimo 80%, caso estejam com vida útil menor, apresentar carta compromisso realizando a troca das mercadorias com validade a vencer.

4.6.1 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb),

4.7 CTF/APP: Caso o item seja obrigatório possuir o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta o Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021 ou comprovação da dispensa.

4.8 Observar o que dispõe, quando o caso, o caderno de boas práticas do Plano de Logística Sustentável - PLS da UNIVASF, disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/sustentabilidade/programa-univasf-sustentavel/plano-de-logistica-sustentavel-pls>

Indicação de marcas ou modelos

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...).~~

Da vedação de contratação de marca ou produto

~~4.4. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.4.1. [...]~~

~~4.4.2. [...]~~

Da exigência de amostra

~~4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados:~~

~~4.6. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. [...],~~

~~4.5.2. [...], e~~

~~4.5.3. [...].~~

~~4.7. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.8. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.10.1. Itens (...).,~~

~~4.10.2. Itens (...).~~

~~4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **XX (xxxxx)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

Da exigência de carta de solidariedade

~~4.16. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.19. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentuais abaixo:

Item 7 e 14- já aplicado 25%

4.19.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.19.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.19.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

~~4.20. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A14] se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis];~~

~~biodegradáveis];~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos materiais e bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa única.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: UNIVASF: Campus de Ciências Agrárias, Rodovia BR 407, km 12 – Lote 543 Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, s/nº “C1” CEP 56300- 990- Petrolina – PE

5.1.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

~~5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante;~~

~~5.1.4 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos~~

~~5.1.4 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]

~~5.1.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (...) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.~~

~~5.1.6 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço [...]~~

~~5.1.7 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

~~5.4 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.5 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A1]~~

~~5.6 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.8 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.9 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.10 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até ____ (____) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.11 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.12 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.13 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.14 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.15 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.~~

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

~~6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.~~

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.15.1. [...];~~

~~6.15.2. [...], e~~

~~6.15.3. [...].~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (**meio por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (**vinte e cinco**) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (**quinze por cento**) a 30% (**trinta por cento**) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (**dez por cento**) a 30% (**trinta por cento**) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 05% (**cinco por cento**) a 15% (**quinze por cento**) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (**dez por cento**) a 20% (**vinte por cento**) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (**quinze por cento**) a 30% (**trinta por cento**) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito a UNIVASF tal ocorrência, através do e-mail: controledecompras.propladi@univasf.edu.br. A comunicação da Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, na qual deverá informar os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e indicar uma nova data para entrega que não poderá ocorrer em prazo superior a 10 dias.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

~~8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, quando couber, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.~~

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante = ex. seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.); para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado.[A8]~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente.[A9]~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%. [A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA/IBGE](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNE

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [Pregão](#), sob a forma [ELETRÔNICA](#), com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR ITEM](#).

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será de forma [integral](#).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no anexo I deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A7]~~

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

~~9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [do último exercício social] OU [dos dois últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11]:~~

LG=

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG=

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC=

Ativo Circulante

Passivo Circulante

~~9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].[A12]~~

~~9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;~~

~~9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;~~

~~9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped;~~

~~9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.~~

~~9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.~~

Qualificação Técnica

~~9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso); em plena validade;~~

~~9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;~~

~~9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;~~

~~9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~9.33.1.1. [...];~~

~~9.33.1.2. [...]; e~~

~~9.33.1.3. [...].~~

~~9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante. [A10]~~

~~9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

~~9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

~~9.34. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei [A2]~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 432.994,14 Quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos**), conforme custos unitários apostos na **tabela constante no item 1 deste Termo de Referência**.

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~Gestão/unidade: [...];~~

~~Fonte de recursos: [...];~~

~~Programa de trabalho: [...];~~

~~Elemento de despesa: [...]; e~~

~~Plano interno: [...];~~

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

ou

~~11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARGARETH PEREIRA ANDRADE

Pró- reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

AILSON DE MENEZES ANDRADE

Membro da comissão de contratação

MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS ALVES

Membro da comissão de contratação

ILBETANIA MARIA BATISTA

Membro da comissão de contratação

MARIA GABRIELA JANDIROBA SILVA

Membro da comissão de contratação

MICHELINE DE ANDRADE ROCHA

Membro da comissão de contratação

FERNANDA GOMES BEZERRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **[Nota de Empenho]**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Editais**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. **O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 2.2. **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.**

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 ~~Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.~~
- 3.1.10 ~~Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17 ~~Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~
- 4.1.18 ~~Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~
- 4.1.19 ~~Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~
- 4.1.20 ~~Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

- 4.1.21 ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.~~
- 4.1.22 ~~Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- 4.1.23 ~~Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- 4.1.24 ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- 4.1.25 ~~Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- 4.1.26 ~~Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em [Pernambuco](#), Seção Judiciária de [Petrolina](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20 , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

Emitido em 31/03/2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2026 - CPP/DP (11.01.02.08.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 14:29)

AILSON DE MENEZES ANDRADE

DIRETOR

2537809

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 15:08)

FERNANDA GOMES BEZERRA DA SILVA

ZOOTECNISTA

1854139

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 12:03)

ILBETANIA MARIA BATISTA

COORDENADOR

1619980

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 15:42)

MARGARETH PEREIRA ANDRADE

PRO-REITOR(A)

275419

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 16:50)

MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS ALVES

COORDENADOR

1677266

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 15:13)

MARIA GABRIELA JANDIROBA SILVA

ADMINISTRADOR

2720486

(Assinado digitalmente em 06/04/2026 14:15)

MICHELINE DE ANDRADE ROCHA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

1621830

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: **13**, ano: **2026**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **31/03/2026** e o código de verificação: **f0ecf265e7**